



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0016643-42.2023.6.05.8000  
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 05/10/2023  
**INTERESSADO** : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL  
SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS  
**ASSUNTO** :

**PARECER nº 43 / 2024 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90010/2024 (documento n.º 2697260).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 2635481).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria n.º 829/2022 (documento n.º 2697275).
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras, no DOU e em jornal de grande circulação (documentos n.ºs 2697296, 2697309 e 2697315).
5. Houve apresentação de pedido de esclarecimento ao edital, o qual foi devidamente respondido e publicado (documentos n.ºs 2708324 e 2708388).
6. Também, foram apresentadas impugnações ao edital, documentos n.ºs 2715421 e 2716356, as quais foram apreciadas pelo pregoeiro, documento n.º 2775690.
7. Em manifestação constante do documento n.º 2770202, a SELIC concluiu:

**1.** Tendo em vista as impugnações apresentadas (docs. 2715421 e 2716356) ao Edital 90010/2024 (doc. 2697260) e o despacho desta Seção consignado no documento 2730365, no qual informa que **o pregão se iniciou automaticamente no horário programado, antes que fossem efetivadas as devidas análises**, faz-se necessária, ainda, a manifestação prévia do Pregoeiro sobre as impugnações e o encaminhamento para decisão da autoridade administrativa.

**2.** No ensejo, informamos que o setor demandante se manifestou, no doc. 2719801, sobre a ausência de exigência de NBR para os itens 2 e 3, bem como a SEAQUI verificou a regularidade do valor do item 1 ( Cabo de Rede CAT 6), o qual o impugnante alega ser inexequível (doc. nº 2716356).

**3.** Em que pese o setor demandante ter se manifestado sobre a

ausência de exigência de NBR para os itens 2 e 3, bem como não há exigência da NBR 13249 no Edital, ao contrário do que alega a impugnante, é importante considerar que foram exigidas normas técnicas para outros itens, citando a impugnante outras normas atualizadas, como a NBR 7288, NBR 7290, NBR 16274 e NBR 5410. Assim, considerando que a licitação necessitará ser republicada em vista do início automático da fase de lances, seria de bom alvitre a confirmação, pelo setor demandante, de que as normas técnicas citadas no Termo de Referência estão atualizadas, antes da republicação, salvo melhor juízo.

4. Do exposto, seguem os autos ao NUP (Pregoeiro: Lúcio Roberto de Oliveira), para realizar o quanto disposto no item 1 deste despacho.

Ao NUP.

8. Em razão das impugnações apresentadas, os autos tramitaram para pronunciamento da ASJUR1. Assim, mediante parecer n.º 187, a unidade consultiva assim dispôs, conforme trecho do documento n.º 2788431, a seguir transcrito:

(...)

7. À vista da situação ora delineada, opinamos pela revogação do certame e pela autorização para abertura de nova licitação, desde que a documentação (Termo de Referência; Edital) não precise sofrer alterações, além daquelas meramente operacionais, decorrentes da mudança em tela (novo dia, novo horário).

7.1. Ressaltamos, por oportuno, não ser necessário proceder-se à abertura da fase de contraditório e ampla defesa (art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), em consonância com o entendimento do TCU, consignado em anotação da Zênite, *in verbis*:

**54407 - Licitação - Revogação - Anulação - Não adjudicação - Inexistência de contraditório e ampla defesa - Possibilidade - TCU**

Precedente expedido na vigência da Lei nº 8.666/1993, cuja racionalidade poderá orientar a aplicação da Lei nº 14.133/2021: trata-se de representação em que se sustenta que a anulação e revogação da licitação restou indevida pela inexistência de motivação e abertura de prazo para o contraditório e ampla defesa dos licitantes. O relator analisou que “diante da ausência de indicativos da adjudicação do objeto do certame, não haveria sequer expectativa de direito à contratação”. Assim, “somente é exigível a observância das disposições do art. 49, § 3º, da Lei 8.666/1993 quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído com a adjudicação do objeto, gera direitos subjetivos ao licitante vencedor ou em casos de revogação ou de anulação em que o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como o causador do desfazimento do certame”. (Grifamos)

(TCU, Acórdão nº 2.656/2019, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, j. em 30.10.2019.)

No mesmo sentido: STJ/MS nº 7.017/DF, j. em 18.12.2000 e TCU, Acórdão nº 111/2007, Plenário.

8. Por fim, a respeito de eventuais alterações que se façam

necessárias, anuímos com a recomendação da SELIC no que tange à confirmação, pelo setor demandante, de que as normas técnicas citadas no Termo de Referência estão atualizadas, anteriormente à republicação.

É o parecer.

9. Cumpre salientar a necessidade de harmonia entre todas as informações divulgadas no edital que define o procedimento licitatório, para que não haja interferência na competitividade e no julgamento objetivo.

10. À luz das análises realizadas e das ocorrências no curso do procedimento, restou demonstrado fato superveniente, consubstanciado na abertura automática da fase de lances, comprovado pela SELIC, documento n.º 2770202, que enseja a revogação do procedimento.

11. Deste modo, em que pese a realização das medidas tendentes ao êxito do procedimento, em razão dos fatos indicados pela SELIC em documento n.º 2770202 e conforme parecer ASJUR1 n.º 187, o procedimento poderá ser encaminhado ao Diretor-Geral, para deliberar pela revogação do certame. Ademais, nos moldes recomendados pela ASJUR1, faz-se necessário que o setor demandante a confirmação de que as normas técnicas citadas no Termo de Referência estão atualizadas. Assim, recomendamos tramitação à unidade demandante, previamente à nova apreciação para a abertura do certame.

12. À consideração superior.

**Ana Flávia Cerqueira Machado**

Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**Ronildo Dantas**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 03/05/2024, às 09:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 03/05/2024, às 09:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **2797464** e o código CRC **009A8DF0**.

---

0016643-42.2023.6.05.8000

2797464v9



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0016643-42.2023.6.05.8000  
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 05/10/2023  
**INTERESSADO** : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL  
SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS  
**ASSUNTO** :

**DECISÃO nº 2797901 / 2024 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de materiais diversos utilizados em manutenção predial, junto a microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme Edital do Pregão Eletrônico n.º 90010/2024, documento n.º 2697260.
2. Adoto como relatório os pareceres ASJUR1 n.º 187 e ASSED n.º 43, documentos n.ºs 2788431 e 2797464.
3. Mediante opinativo de n.º 187, documento n.º 2788431, a ASJUR1 opinou objetivamente pela revogação do certame, assim concluindo:

(....)

7. À vista da situação ora delineada, opinamos pela revogação do certame e pela autorização para abertura de nova licitação, desde que a documentação (Termo de Referência; Edital) não precise sofrer alterações, além daquelas meramente operacionais, decorrentes da mudança em tela (novo dia, novo horário).

7.1. Ressaltamos, por oportuno, não ser necessário proceder-se à abertura da fase de contraditório e ampla defesa (art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), em consonância com o entendimento do TCU, consignado em anotação da Zênite, *in verbis*:

**54407 - Licitação - Revogação - Anulação - Não adjudicação - Inexistência de contraditório e ampla defesa - Possibilidade - TCU**

Precedente expedido na vigência da Lei nº 8.666/1993, cuja racionalidade poderá orientar a aplicação da Lei nº 14.133/2021: trata-se de representação em que se sustenta que a anulação e revogação da licitação restou indevida pela inexistência de motivação e abertura de prazo para o contraditório e ampla defesa dos licitantes. O relator analisou

que “diante da ausência de indicativos da adjudicação do objeto do certame, não haveria sequer expectativa de direito à contratação”. Assim, “somente é exigível a observância das disposições do art. 49, § 3º, da Lei 8.666/1993 quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído com a adjudicação do objeto, gera direitos subjetivos ao licitante vencedor ou em casos de revogação ou de anulação em que o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como o causador do desfazimento do certame”. (Grifamos)

(TCU, Acórdão nº 2.656/2019, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, j. em 30.10.2019.)

No mesmo sentido: STJ/MS nº 7.017/DF, j. em 18.12.2000 e TCU, Acórdão nº 111/2007, Plenário.

8. Por fim, a respeito de eventuais alterações que se façam necessárias, anuímos com a recomendação da SELIC no que tange à confirmação, pelo setor demandante, de que as normas técnicas citadas no Termo de Referência estão atualizadas, anteriormente à republicação.

É o parecer.

(...)

4. Isto posto, acolho os pareceres da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e da Assessoria Especial da Diretoria-Geral, documentos n.ºs 2788431 e 2797464, cujas razões adoto e passam a integrar a presente decisão, para, com fundamento no art. 71, II, da Lei 14.133/2021 e amparo nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 26/2022, revogar o procedimento licitatório, considerando fato superveniente, comunicado pela SELIC em documentos n.ºs 2730365 e 2770202. Por conseguinte, restou prejudicada a apreciação das impugnações.

5. Ao NUP, para ciência e divulgação, salientando tópico 7.1 do opinativo jurídico.

6. Simultaneamente, encaminhe-se à unidade demandante (SGS/COMANP/SEMAC), para conhecimento e providências, oportunidade em que deverá verificar se as normas técnicas citadas no Termo de Referência estão atualizadas e se há necessidade de alterações, além daquelas meramente operacionais, decorrentes de nova publicação (novo dia, novo horário), observando as recomendações da ASJUR1 no opinativo de n.º 187, e à SGA, para conhecimento e providências, no âmbito de sua competência.

7. Após, retornem-se os autos para nova apreciação quanto à abertura do certame.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 03/05/2024, às 09:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trtba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2797901** e o código CRC **8A5DD639**.

---

0016643-42.2023.6.05.8000

2797901v8